

Dinheiro traz a felicidade?



O senso comum nos informa que a felicidade pode ser considerada como o objetivo último na vida de cada pessoa. O estudo da satisfação com a vida tem interesse intrínseco, bem como outras motivações, como a avaliação de políticas públicas alternativas e a solução de quebra-cabeças empíricos da economia. Em relação a este último aspecto, provavelmente o paradoxo mais intrigante a ser explicado é a correlação extremamente fraca que diversos estudos apresentam entre renda, a variável mais venerada em economia, e felicidade. Inúmeros países que experimentaram um aumento drástico na renda real desde a Segunda Guerra não observaram um aumento no bem-estar auto-avaliado pela população, pelo contrário, a mesma diminuiu. Em um dado ponto no tempo, a renda mais alta está positivamente associada à felicidade das pessoas, mas ao longo do ciclo de vida e ao longo do tempo esta correlação é fraca, como no chamado Paradoxo de Easterlin. As pessoas adaptam suas aspirações aos maiores ingressos e se tornam mais exigentes à medida que a renda sobe. Como veremos mais adian-

te, esta visão foi recentemente desafiada por resultados empíricos apresentados por Angus Deaton (2007). É muito cedo para escolher o lado da discussão, mas o lançamento dos novos dados do Gallup World Poll que cobrem mais de 132 países ampliou o horizonte geográfico da discussão, e o trabalho pioneiro de Deaton baseado neles embaralhou novamente as cartas de felicidade com as notas de dinheiro. Sem ainda fazer apostas em dinheiro como causa principal da felicidade, discutimos a partir dos microdados deste mesmo conjunto de informações, cujo acesso foi propiciado pelo projeto sobre Qualidade de Vida do Banco Interamericano (BID), as relações entre renda e felicidade.

A fraca e volúvel relação entre renda e felicidade nos estudos empíricos motivou pesquisadores a irem um passo adiante da posição "objetivista" da teoria econômica, baseada somente nas escolhas feitas pelos indivíduos e que podem ser observadas. Na abordagem tradicional, a utilidade individual depende apenas de bens tangíveis, serviços e lazer, e é inferida quase que exclusivamente do comportamento (ou preferência revelada). A abordagem axiomática da preferência revelada explica que as escolhas feitas fornecem toda a informação necessária a partir da utilidade dos indivíduos. De acordo com Sen (1986), "a popularidade desta visão pode ser atribuída à crença peculiar de que escolha (...) é o único aspecto humano que

pode ser observado". A partir do trabalho de Easterlin (1974), cuja relevância aumenta a partir da última parte da década de 90 — quando um conjunto de economistas começou a realizar análises empíricas de larga escala sobre os determinantes da felicidade em diferentes países e períodos —, o interesse econômico na mensuração do bem-estar individual subjetivo cresceu consideravelmente.

Uma visão subjetiva de utilidade reconhece que cada pessoa tem suas próprias idéias sobre felicidade e sobre o que é uma vida boa. Nesta perspectiva, o comportamento observado seria um indicador incompleto para o bem-estar individual. A felicidade dos indivíduos poderia ser captada perguntando diretamente às pessoas o quão satisfeitas estão com suas vidas. As variáveis de interesse estão baseadas no julgamento das pessoas por elas mesmas, de acordo com a premissa de que elas são os melhores juízes sobre a qualidade geral de suas vidas e, portanto, nenhuma estratégia poderia ser mais direta do que perguntar a elas sobre seu nível de bem-estar. A principal idéia é que o conceito de felicidade subjetiva nos possibilitaria captar diretamente o bem-estar humano em vez de mensurar renda ou outras coisas que não são exatamente o que, ao fim e ao cabo, as pessoas querem, mas são os meios através dos quais se pode conseguir — ou não — usufruir da felicidade.

Como as pessoas medem seu nível de bem-estar subjetivo em relação às circuns-

tâncias pessoais e às outras pessoas, incluindo experiências passadas e expectativas futuras, alguns sugerem que medidas de bem-estar subjetivo sirvam como medidas de utilidade. Além disso, de acordo com Diener (1984) — baseado em estudos como Fernandez-Dols e Ruiz-Belda (1995), que apontam a alta correlação entre felicidade reportada e sorriso, e Honkaniemi Koivumaa et alii (2001), que encontram a mesma relação entre infelicidade, cérebro e atividade cardíaca — “estas mensurações subjetivas parecem conter quantidades substanciais de variação válida”.

A elasticidade-renda de longo prazo da felicidade geral das nações é constante: para cada 10% de incremento de renda, a felicidade sobe 1,5%

Angus Deaton (2007) desafia as interpretações mais ou menos estabelecidas da literatura empírica prévia, em particular que “dinheiro não traz felicidade” (ou seja, satisfação com a vida no longo prazo), através dos dados do Gallup World Poll, algo mais rico em número de países em relação às pesquisas anteriores. O artigo de Deaton (2007) é a referência-chave dissonante da literatura empírica.

Iniciamos pelos mesmos dados do Gallup World Poll de 2006 que está disponível para 132 países, explorando exercícios

simples bivariados de satisfação com a vida em níveis e diferenças, através de diferentes horizontes, em comparação com o PIB per capita ajustado por paridade de poder de compra, a fim de compararmos laranjas com laranjas entre países. O mergulho inicial do impacto da renda mundial sobre a satisfação com a vida nos informa que Togo ocupa a lanterna, com 3,2, numa escala de 0 a 10, e a Dinamarca o ápice, com 8,02. O Brasil está numa posição mais chegada à nação européia do que à africana, atingindo 6,64, situando-se acima da norma internacional de felicidade dado o seu PIB per capita.

Deaton trabalha basicamente com regressões de médias entre países (cross-country regressions) e sugere que uma especificação log-linear se ajusta melhor aos dados do que uma especificação em nível implicando numa relação côncava. A dupla relação em logaritmos aqui proposta parece adequar-se melhor aos dados — é inclusive mais condizente com o modelo teórico usado pelo próprio Deaton. Neste último caso, o coeficiente estimado nos informa diretamente a elasticidade-renda de longo prazo da felicidade, que seria constante: para cada 10% de incremento de renda, a felicidade subiria algo como 1,5% no longo prazo.

Marcelo Côrtes Neri, chefe do Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV e professor da EPGE/FGV, é autor de “Retratos da Deficiência”. E-mail: mcneri@fgv.br